



Astro Barracuda foi uma das três embarcações cujos tripulantes deixaram de receber salários

AOS MARÍTIMOS O QUE É DOS MARÍTIMOS

Ação sindical leva tripulantes a recuperarem quase R\$ 5 milhões em salários

A Astromarítima Navegação – empresa que presta serviços de apoio marítimo para a Petrobras – efetuou o pagamento dos salários atrasados de 232 trabalhadores que estavam embarcados em navios atracados no Porto do Mucuripe, em Fortaleza (CE), em março passado. Os tripulantes receberam um total de R\$ 4.869.394,00 da empresa após denúncia do Sindmar à fiscalização do trabalho.

“Além de autuar a Astromarítima por irregularidades, o auditor-fiscal do trabalho Franklim Rabelo entrou em contato com a gerência-geral da Petrobras, responsável pelas embarcações LSV Karen Tide, LSV Diana Tide e o PSV Astro Barracuda, que operam no Ceará, e solicitou que elas ficassem retidas enquanto os salários dos marítimos não fossem pagos integralmente. Um dia antes do carnaval, o dinheiro apareceu”, conta Rinaldo Medeiros, delegado regional do Sindmar.

Tanto a fiscalização do trabalho quanto o Sindmar vinham alertando a Astromarítima sobre o descumprimento dos direitos da gente do mar previstos na Convenção Internacional do Trabalho Marítimo (MLC 2006), em vigor no Brasil desde 7 de maio de

2021. Esta é uma das poucas empresas no Brasil sem acordo coletivo de trabalho (ACT) com o Sindmar e que se notabiliza pela prática de atitudes antissindicalistas e prejudiciais aos trabalhadores.

Não é a primeira vez que a Astromarítima descumpra a lei e tem de se retratar. Em julho de 2022, em ação movida pelo Sindmar, a Justiça do Trabalho negou à companhia a possibilidade de negociar ACT diretamente com os marítimos, sem a participação do Sindicato. Tratava-se de uma manobra ilegal que ela vinha tentando realizar havia algum tempo, mediante intimidação, para impor condições abusivas, como o regime de embarque prolongado. A Justiça também impôs multa diária, caso a empresa mantivesse tal conduta.

“Em vez de procurar o Sindmar para negociar um ACT, como as outras empresas fazem, a Astromarítima insistia em tentar validar judicialmente um acordo fajuto, que tentou configurar sem a participação do Sindicato – que é obrigatória, segundo a Constituição Federal – e perdeu mais uma vez”, apontou o presidente do Sindmar, Carlos Müller.